



10º Congresso de Pós-Graduação

O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS NA SALA DE AULA INCLUSIVA: PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO

Autor(es)

NOELLE BERNARDI DA SILVA

Orientador(es)

MARIA INES BACELLAR MONTEIRO

1. Introdução

A partir da Declaração de Salamanca (1994), o movimento de inclusão tem como meta não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início da escolarização, propondo que a escola é quem deve se adaptar ao aluno. Inclusão, nesse contexto, implica o compromisso que a escola deve assumir de educar cada criança. Assim, a proposta de inclusão se propõe a contemplar a pedagogia da diversidade, ou seja, todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou lingüística.

É esta proposta de educação para todos que insere o intérprete de língua de sinais na sala de aula, pretendendo, assim, garantir ao surdo a aquisição dos conteúdos escolares na sua própria língua.

Nessa direção o intérprete de língua de sinais tem um papel central no processo de ensino - aprendizagem do aluno surdo.

Para entendermos um pouco melhor o processo de significação e mediação pedagógica iremos nos pautar na teoria de Vygotsky. Vale lembrar que os desafios emergentes para Vygotsky eram o analfabetismo, as diferenças culturais entre as centenas de grupos étnicos que formavam a nova nação e a ausência de serviços para os incapazes de participar plenamente da nova sociedade.

2. Objetivos

Este texto objetiva refletir sobre o papel do intérprete da língua de sinais no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo em sala de aula inclusiva

3. Desenvolvimento

Mediação e a atribuição de sentidos

Nos rastros das idéias de Vygotsky, mediação é o processo que caracteriza a relação do homem com o mundo e com outros homens. “Vigotski entende a como ‘um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo.’” (Zanella, 2004:127). Dessa forma, a mediação é vista como central, e é neste processo que as Funções Psicológicas Superiores (FSP) tipicamente humanas - se desenvolvem.

As FPS relacionam-se com ações intencionais – planejamento, memória voluntária, imaginação, enquanto as FPE (funções psicológicas elementares) dizem respeito ao que é biológico, nato, extintivo, reflexo.

Nesse contexto, podemos usar o termo função psicológica superior, ou comportamento superior com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica.

Aqui se insere a responsabilidade dos educadores no ambiente escolar, ou seja, o desenvolvimento dos alunos através da aprendizagem que vai acontecer pela mediação. No caso do aluno surdo usuário da língua de sinais, o intérprete de língua de sinais se apresenta como um novo mediador semiótico.

É papel do professor observar e investigar os conhecimentos trazidos pelos alunos e intervir para reorganizar tal conhecimento, os elevando a outro patamar. Essa intervenção ocorre por meio da língua, no caso do Brasil o português. Para que esse processo aconteça também com o aluno surdo é preciso que haja na sala de aula um interlocutor que saiba a sua língua, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e aqui se constitui o intérprete como mediador.

Na abordagem sócio-histórica/cultural, a aprendizagem de qualquer conhecimento novo parte do OUTRO, de padrões interacionais interpessoais. Assim, a aprendizagem é entendida, independentemente da idade, como social e contextualmente situada, como um processo de reconstrução interna de atividades externas, em que a relação social tem o papel primário em determinar o funcionamento intrapsicológico.

Na teoria sócio-histórico – cultural a palavra “social” é o que marca as relações humanas enquanto a palavra “história” nos faz refletir de como chegamos e onde estamos e a palavra cultural indica tudo aquilo que faz parte da produção humana nos seus diferentes contextos.

Nessa direção é possível dizer que o aluno interage a partir de experiências sociais; constrói a partir de conexões entre experiências e conhecimento anterior; só se desenvolve porque aprende; observa, experimenta, problematiza, argumenta; aprende a partir do que lhe é significativo; deve ser ajudado a buscar diferentes respostas para o mesmo problema.

Nesse contexto cabe ao professor provocar conflitos, oferecer suporte e apoio durante o processo e mediar o conhecimento junto com os alunos.

A escola visa à autonomia intelectual e moral do aluno e possibilita a superação dos níveis de conscientização do educando sobre si próprio e sobre a sociedade oportunizando espaço para participação do aluno.

O processo de ensino-aprendizagem tem como eixo central as experiências sociais e a construção do conhecimento para possibilitar o desenvolvimento da autonomia do aluno e a construção do conhecimento através do processamento da informação.

No que se refere ao aluno surdo esse processo só é possível se a língua de sinais estiver inserida na escola.

É importante lembrar o fato de que a maioria dos professores que atuam na sala de aula inclusiva obtiveram uma formação para trabalhar com um público relativamente homogêneo, falante da língua majoritária, ou seja, que compartilha da mesma língua do professor. Esses docentes confrontam-se, agora, com um aluno sinalizador, estrangeiro no seu próprio país, e que não reconhece a grafia do português como a representação escrita da sua língua natural.

Para contemplar a diversidade convoca-se para ser o interlocutor do aluno surdo o intérprete de língua de sinais.

4. Resultado e Discussão

Intérprete na sala de aula

O intérprete de língua de sinais está entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda, proporcionando um (des)entendimento entre esses dois grupos lingüísticos. E, ao realizar o seu trabalho, é essencial que ele converta para a língua de sinais a mensagem dita em português, buscando a “fidelidade”, concebida neste trabalho como equivalência de mensagens. O ILS produzirá um outro/mesmo discurso: outro, porque o fato de buscar um sinal/palavra equivalente já é um movimento diferente; e mesmo, pelo fato de o discurso ser correspondente ao discurso do português.

A possibilidade de tradução no ato interpretativo, a “fidelidade”, será encontrada não na tradução literal do Português para os sinais, e sim na sua equivalência respeitando a estrutura gramatical da língua de sinais, procurando manter o mesmo sentido da mensagem emitida na língua de partida. Há um contexto como referência e o intérprete reformula, na língua de sinais, a mensagem dita em Português.

O ILS viabiliza a comunicação entre surdos e ouvintes, identificando-se com o orador, exprimindo-se na primeira pessoa, sinalizando e representando suas idéias e convicções, buscando imprimir-lhes similar intensidade e mesmas sutilezas que as do enunciados em português oral.

O trabalho do intérprete de língua de sinais consiste em pronunciar, na língua de sinais, um discurso equivalente ao discurso pronunciado no português oral (ou vice-versa).

O intérprete de língua de sinais (ILS) do ensino fundamental ao superior, tem como objetivo auxiliar e realizar a mediação entre o aluno e o conhecimento, lidando constantemente com as questões da aprendizagem, construídas pelos alunos.

O ILS participa diretamente na vida escolar dos alunos surdos. E tem a responsabilidade de mediar o conhecimento, através da interação com os alunos, assim como conhecer as metodologia de ensino adequada para atingi-los, gerando motivação e interesse pelo conteúdo trabalhado, sempre voltado para o contexto da sala de aula.

O papel do ILS na educação dos surdos é tornar significativa a aprendizagem, as trocas de saberes e experiências entre os colegas da sala, durante todo o processo pedagógico.

Sendo a prática educativa algo sério, a atividade de mediador na sala de aula não pode ser exercida por pessoas despreparadas ou, no

caso do intérprete de língua de sinais, que apenas possuem o domínio de uma dada língua dentro da sala de aula. A educação dos surdos passa pelas mãos dos intérpretes.

Para ser mediador na sala de aula, o ILS necessita ter o mesmo preparo do professor, ainda que não ocupe essa função, porém é desejável que esteja no mesmo pé de igualdade de formação do professor. No Brasil tal formação ainda é muito recente, quase inexistente. Devido a essa diferença de formação entre professor e intérprete é quase inevitável criar uma desigualdade de educação numa mesma sala de aula.

No Brasil, a profissão de intérprete de língua de sinais ainda não é reconhecida e, por essa razão, essa atividade abarcou profissionais de diferentes áreas, como: pedagogos, fonoaudiólogos e pastores, entre outros. Vale ressaltar que esse trabalho tem sido desenvolvido por profissionais que, em diversas situações, realizam o trabalho de interpretação pelo envolvimento que possuem com os grupos e/ou organizações de surdos, pois nem sempre é possível esperar remuneração (ROSA, 2003).

O ILS deve compreender que, teoricamente, no contexto da sala de aula, a função de ensinar é responsabilidade do professor da classe e não sua, mesmo que ele possua uma formação na área relativa ao que está traduzindo, como tem acontecido com alguns pedagogos que têm atuado como intérpretes.

Vale lembrar que, quando se trata da inclusão de alunos surdos na escola regular com a presença do ILS os papéis ainda não estão claros. A área anseia por pesquisas para definir tais funções. Não raro intérpretes se colocarem como professores dos seus alunos surdos.

O intérprete é mediador entre o aluno surdo e o conhecimento cultural, conhecimento que muitas vezes escapa ao próprio intérprete. Tal condição, porém, não o isenta de responsabilidade e da participação na aprendizagem do aluno surdo.

Fato é que, com a presença do intérprete de língua de sinais em sala de aula, o professor ouvinte pode ministrar suas aulas sem preocupar-se em como passar esta ou aquela informação por meio de sinais, atuando apenas na língua de que tem domínio. E isso não altera em nada a forma como a educação tem sido conduzida. Ou seja, a escola não se modifica, como se prevê nos documentos de inclusão, em razão da presença do aluno surdo; ao contrário, esse aluno se “ajusta” ao modelo educacional vigente. O desafio criador de se pensar em uma escola para surdos, ou em uma escola diferente do que já temos, é fagocitada pela idéia de uma escola que, devidamente reformada, seja comum a todos. Dito de outro modo, mantemos a Unidade – o mesmo. (Souza, 2004, p.6).

Quando se insere um intérprete de língua de sinais na sala de aula, abre-se, para o aluno surdo, a possibilidade de apropriar-se do conteúdo escolar na sua língua natural, através de um profissional com competência nesta língua. Supõe-se que somente o conhecimento da Libras seja suficiente para o aluno apropriar-se do conhecimento científico/ intelectual que o intérprete não possui, que não lhe pertence.

Esse fato já garante o fracasso do intérprete de língua de sinais na sala de aula, pois, não tendo o conhecimento, não lhe é possível ensinar aquilo que não sabe. Tendo como princípio que traduzir é compreender; ninguém traduz aquilo que não compreende.

A inserção do ILS na sala de aula não garante que outras necessidades do aluno surdo, também concernentes à sua educação, sejam contempladas. A presença do intérprete não assegura que questões metodológicas, levando em conta os processos próprios de acesso ao conhecimento, sejam consideradas, ou que o currículo escolar sofra ajustes para contemplar peculiaridades culturais da comunidade surda.

Por fim, não há garantia de que o espaço socioeducacional em um sentido amplo contemple o aluno surdo, pois este poderá permanecer, de certa forma, às margens da vida escolar.

A presença do intérprete pode mascarar uma inclusão que exclui. E, sendo esse intérprete generalista, normalmente com uma formação acadêmica totalmente diferente daquela na qual o surdo está inserido, a aquisição dos saberes curriculares continua sendo secundária na vida escolar do aluno surdo.

A construção do conhecimento tem caráter social e depende das condições propiciadas, da qualidade das interações e das relações dialógicas estabelecidas entre os sujeitos no âmbito da escola. Considerando os alunos surdos, esse desenvolvimento pode ser dificultado pelas experiências sociais limitadas, em função da falta de uma língua comum entre os surdos e os colegas ouvintes, entre os surdos e os professores, cabendo ao intérprete ser o único interlocutor do aluno surdo incluído na escola regular. Por essa razão, os alunos surdos integrados à rede regular de ensino acabam por estabelecer uma relação desigual também com os demais alunos.

Los intérpretes que trabajamos con personas sordas en ámbitos educativos somos protagonistas de una inscripción simbólica en el espacio social. Los modos de esta inscripción se realizan a través de las múltiples interacciones que generan los diferentes actores Oyentes y Sordos de la comunidad educativa y las formas de respuesta a las mismas que damos los intérpretes. Y son estas interacciones las que permiten leer ideologías, políticas y procesos culturales dentro de la escuela. (Formularo, 1999, p. 259)

Nesse contexto, a escuta do aluno, por várias razões, não é uma opção pedagógica e política do professor, e o pequeno espaço para diálogo torna-se apenas um instrumento para cumprir exigências específicas de ensino. Desse modo, nesse espaço, é improvável que o aluno surdo venha a aprender a dialogar utilizando princípios de argumentação, desacordo, acordo e cooperação e, tampouco, possa elaborar os saberes valorizados socialmente.

A criticidade da pessoa surda continuará acontecendo nos espaços de educação não-formal, como as associações de surdos, encontros desportivos; enfim, nos encontros de surdos com outros surdos, ainda que alguns intérpretes possam não reconhecer esses espaços como lugar de formação.

5. Considerações Finais

É inegável a responsabilidade do intérprete de língua de sinais na sala de aula como agente de constituição e transformação da escola inclusiva para surdos.

Conferir sentidos a aquilo que está sendo dito e ao que circula na sala de aula é essencial para garantir ao aluno surdo acesso ao conhecimento e participação nas relações de ensino e experiências que permitem a conversão do que é intersubjetivo para o intrasubjetivo, fundamental para o desenvolvimento das funções mentais superiores.

O intérprete, na educação dos surdos nas escolas regulares, é resultado de uma política de inclusão que tem como discurso que nenhum aluno deverá estar fora da escola. Sugiro que, como parte dessa política de inclusão para alunos surdos, o discurso venha a ser: nenhum intérprete de língua de sinais sem formação dentro da escola.

Referências Bibliográficas

FORMULARO, R. Intervención del intérprete de lengua de señas/lengua oral en el contrato pedagógico de la integración. In: Atualidade da educação Bilíngüe para Surdos. SKLIAR, C. (org.). Porto Alegre: Mediação, 1999.

ROSA, A da S. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entre surdos e ouvintes. In: Cidadania, Surdez e Linguagem. SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (org.). São Paulo: Plexus, 2003.

SOUZA, R. M. de. Que palavra que te falta?. São Paulo, 1998. ——— Por uma escola para todos. Para quais todos? V Colóquio do LEPSI. Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2004. (palestra)

ZANELLA, Andréa Vieira. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico social. In: psicologia em estudo, Maringá, v. 9, n.1, p. 127-135, 2004.

Anexos

